

Parecer, relativo ao Balanço Social 2025

Na sequência do pedido de parecer, relativo ao Balanço Social 2025, remetido pela Sra. Reitora a 15 de abril de 2026, a Comissão de Trabalhadores da Universidade do Algarve emite, de forma geral, parecer favorável ao Balanço Social de 2025, reconhecendo o esforço institucional desenvolvido na sistematização, tratamento e divulgação de informação relevante sobre os recursos humanos da Universidade.

Sem prejuízo do parecer favorável emitido, considera-se importante assinalar alguns aspetos que, pela sua relevância, merecem reflexão e eventual intervenção estratégica por parte da instituição.

Em primeiro lugar, a estrutura etária dos trabalhadores evidencia uma configuração desequilibrada, com reduzida expressão de trabalhadores mais jovens e uma concentração significativa nas faixas etárias mais elevadas, o que suscita preocupação quanto à renovação geracional e à sustentabilidade futura da organização.

Em segundo lugar, regista-se que a maioria dos trabalhadores é do sexo feminino, realidade que constitui um elemento relevante para a caracterização socioprofissional da instituição e que deverá ser considerada na definição de políticas internas de recursos humanos, igualdade e conciliação.

No plano dos vínculos laborais, observa-se uma proporção expressiva de contratos a termo resolutivo certo, em paralelo com os contratos por tempo indeterminado, o que poderá indiciar um nível de precariedade laboral que merece acompanhamento atento, sobretudo numa instituição pública de ensino superior.

Verifica-se igualmente a existência de um número elevado de procedimentos concursais em curso, o que parece revelar alguma morosidade nos processos de recrutamento e seleção. Esta realidade sugere a necessidade de reforçar a eficiência administrativa, nomeadamente através da simplificação e automatização de procedimentos, bem como do eventual reforço de recursos humanos afetos a estas áreas.

Assinala-se também a existência de um número significativo de contratos com remunerações até 500 euros, associados maioritariamente a docentes convidados em regime parcial. Esta situação poderá indiciar o recurso frequente a esta modalidade contratual para responder a necessidades pedagógicas de carácter permanente, aspeto que justifica análise cuidada quanto à sua adequação e continuidade.

Relativamente à formação externa, entende-se que os dados apresentados poderão não refletir de forma completa a participação efetiva de docentes e investigadores. Nesse sentido, seria desejável promover uma maior sensibilização

dos serviços e dos próprios trabalhadores para a importância do reporte rigoroso desta informação, tendo em vista uma representação mais fiel da realidade institucional.

Por fim, destaca-se o reduzido número de trabalhadores sindicalizados, em linha com uma tendência mais ampla observada a nível nacional, o que também merece reflexão quanto às formas de participação, representação e envolvimento coletivo dos trabalhadores.

Face ao exposto, a Comissão de Trabalhadores considera que, sem prejuízo da apreciação globalmente positiva do Balanço Social de 2025, os aspetos acima identificados deverão ser objeto de atenção e acompanhamento estratégico por parte da Universidade, no quadro de uma política de recursos humanos orientada para a valorização, estabilidade e sustentabilidade da instituição.

Pedro Martins

Coordenador da CTUAlg